

1984, big brother fiscal



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Sem mais delongas, é preciso afirmar que a eventual existência de uma «lista VIP» de contribuintes, ou outra qualquer coisa que se queira chamar, é ilegal. Ponto final. É inconcebível a prática discriminatória, seja de que forma for, de distinguir contribuintes de primeira e de segunda.

É óbvio que as figuras públicas, sejam elas atores, políticos, artistas ou jogadores de futebol, podem ser alvo de grande curiosidade, mas o sigilo fiscal deve ser res-

guardado sob pena de estar a ser cometida uma devida inaceitável da vida privada das pessoas.

Até parece rápido e simples. Basta uma pesquisa por nome ou número de contribuinte para que qualquer funcionário do fisco possa ter acesso a toda a informação tributária. Tal facto já terá levado, inclusive, à instauração de processos disciplinares a colaboradores da máquina fiscal.

Creio que para evitar este big brother fiscal seria avisado encontrar uma solução para acautelar eventuais tentativas de intrusão nos registos pessoais dos contribuintes, sem motivo fundado, sejam eles o primeiro-ministro ou o cidadão anónimo: o sistema informático deveria incorporar um mecanismo que, confrontado com uma tentativa de acesso pelo funcionário, o questionaria sobre do motivo daquela consulta. Esta seria uma forma simples de preservar os direitos, as liberdades e as garantias dos contribuintes de ver a sua vida pessoal vasculhada e publicitada com ou sem motivo aparente.

A máquina fiscal portuguesa está cada vez mais à imagem e semelhança do best seller literário «1984», de George Orwell, em que os cidadãos são prisioneiros de uma engrenagem totalitária de uma sociedade completamente dominada e vigiada, a cada passo, pelo Estado.

Já aqui falamos, em artigos anteriores, que o busílis desta questão reside no facto de a Administração Tributária estar altamente mecanizada e ter atingido uma sofisticação tecnológica nunca vista, sem freio, apenas querendo cobrar mais e mais, descurando tudo o resto. À boa maneira do far west, dispara primeiro, pergunta depois.

Enquanto o sistema continuar numa espécie de roda livre, em que prevalece o paradigma tecnológico sobre a dimensão humana, as situações de intrusão poderão continuar.

Não entro no exercício de pedir a cabeça de “A” ou de “B”, mas como cidadão cumpridor exijo que o Estado assuma as suas responsabilidades e consiga devolver à AT o rigor que há alguns anos a esta parte deixou de ser apanágio deste organismo da administração pública portuguesa.

Até lá, e perante esta aberração da “bolsa VIP” convém lembrar que à “mulher de César não basta ser séria, tem de parecer”...

PS: Em pleno turbilhão, surge uma boa notícia. O envio das declarações fiscais por um servidor autónomo antecipa o aliviar das dores de cabeça no cumprimento das obrigações fiscais. Constitui uma grande esperança para resolver, de uma vez por todas, o problema crónico de deficiente funcionamento do Portal das Finanças, que tanto tem afligido os técnicos oficiais de contas. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.